

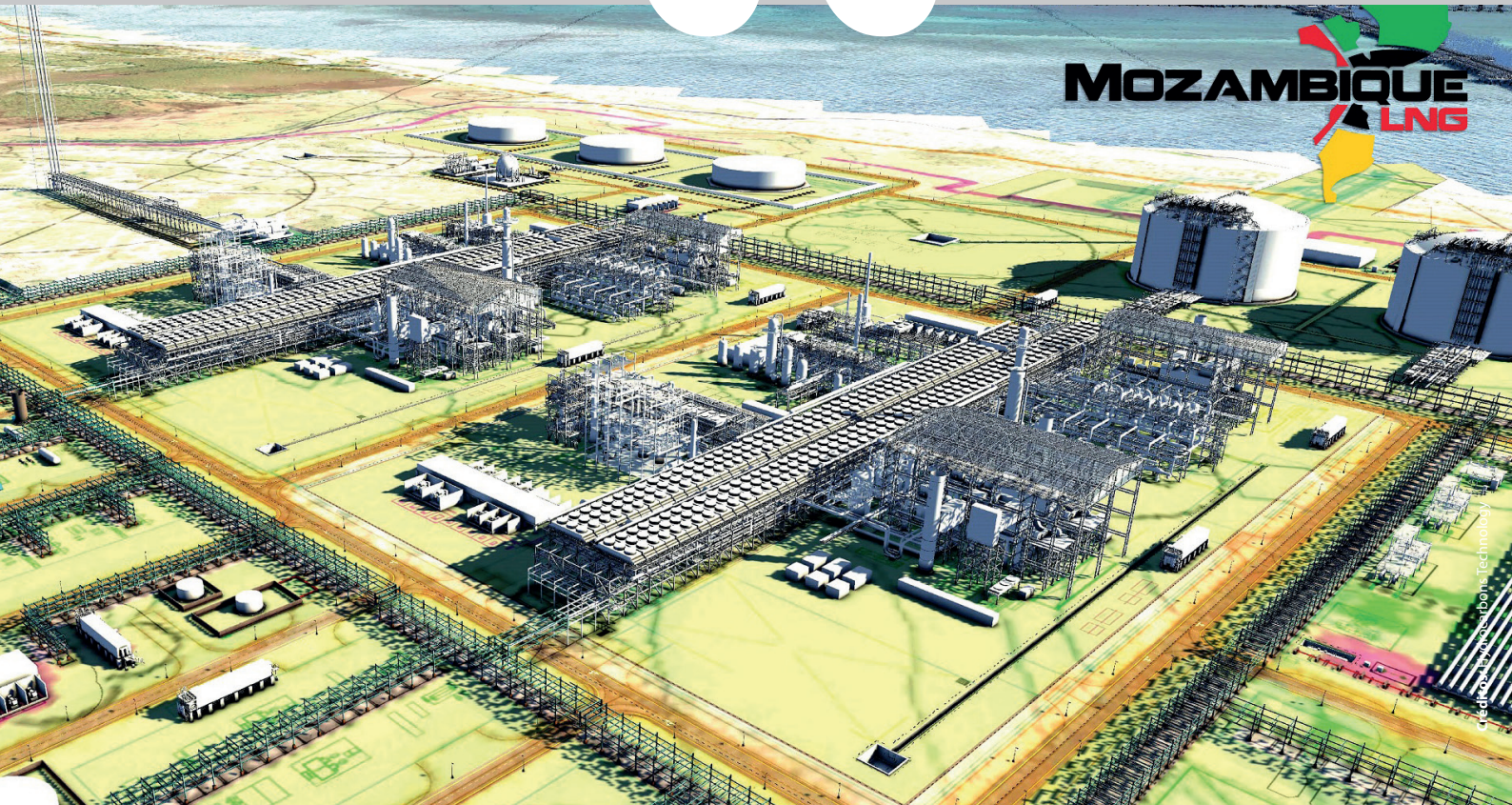
## PROJECTO MOZAMBIQUE LNG

# Devido ao potencial risco reputacional e económico, credores não têm pressa em fazer o desembolso do financiamento aprovado para o projecto da Área 1

- O CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, tem a difícil missão de fazer o “melhor” investimento possível com os recursos que mobilizou junto dos credores internacionais. Um investimento que, acima de tudo, não comprometa a “boa imagem” dos investidores. Ao que parece, os credores também adoptaram uma postura mais cautelosa. Isto é, os “donos” do dinheiro não têm pressa em fazer o desembolso do financiamento aprovado no âmbito da Decisão Final de Investimento (DFI) alcançada em Junho de 2019.



“



Continua o “suspense” sobre a existência ou não de condições para a retoma do projecto da TotalEnergies no norte de Moçambique. Os progressos alcançados na melhoria da situação de segurança, resultado da intervenção das Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique com o apoio das tropas de Ruanda e da Missão da SADC, têm levado a especulações de que o Projecto Mozambique LNG possa ser retomado muito em breve. Entretanto, a multinacional francesa ainda não anunciou uma decisão sobre o levantamento da “força maior”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Termo usado para se referir a uma pausa legal em um contrato devido a eventos imprevistos

”



Créditos: PAUL J. RICHARDS/AFP

**D**e acordo com as indicações dadas pela multinacional, o levantamento da “força maior” do projecto multimilionário passa necessariamente pelo atendimento de quatro principais condições<sup>2</sup>: (i) o retorno dos funcionários do Estado às vilas vizinhas de Palma e Mocímboa da Praia; (ii) manutenção do custo do projecto “como era antes”; (iii) melhores condições de segurança, e; (iv) uma avaliação positiva das condições humanitárias em Cabo Delgado.

Não obstante os progressos que se têm observado no teatro operacional norte, é ainda impossível dizer quando efectivamente as condições estabelecidas para a retoma do projecto poderão ser cumpridas. A única certeza de que se tem é que a multinacional está disposta a esperar quanto tempo for necessário para o atendimento das referidas condições. Aliás, conforme adiantou o CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, durante a visita que efectou a Cabo Delgado em Fevereiro último, “não há pressa” para a retoma.

A postura relativamente mais relaxada da gigante energética francesa aparece como uma “afrenta” à impaciência do Governo de Moçambique que depende desesperadamente das receitas do gás da bacia do Rovuma para cumprir com os pagamentos cada vez mais crescentes da dívida pública. Com efeito, os pagamentos anuais de juros do único *euromond* do país, no valor de \$900 milhões, emitido no contexto do escândalo das dívidas ocultas, aumentarão de 5% para 9% no próximo ano. As amortizações da dívida começarão em 2028 no valor de 225 milhões de dólares<sup>3</sup>.

Entretanto, o teste de paciência que a TotalEnergies tem aplicado ao Governo constitui apenas uma parte da história. Na verdade, a multinacional francesa também está pressionada. Pouyanné tem a difícil missão de fazer o “melhor” investimento possível com os recursos que mobilizou junto dos credores internacionais. Um investimento que, acima de tudo, não comprometa a boa imagem dos credores no mercado internacional.

<sup>2</sup> Hill, M. (2023, March 13). Total Won't Export LNG From Mozambique Until 2027 at Earliest. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-03-13/total-won-t-export-lng-from-mozambique-until-2027-at-earliest>

<sup>3</sup> Hill, M. (2023, March 2). Total's LNG-Project Revival Crucial for Mozambique to Pay Debt. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-03-02/total-s-lng-project-revival-crucial-for-mozambique-to-pay-debt>

Ao que parece, os credores também adoptaram uma postura mais cautelosa. Isto é, os donos do dinheiro não têm “pressa” em fazer o desembolso do financiamento que suporta a Decisão Final de Investimento (DFI) alcançada em Junho de 2019.

O Director Executivo do CDD, Prof Adriano Nuvunga, teve recentemente uma interacção com o Banco de Importação e Exportação dos Estados Unidos (US EXIM), o principal investidor do Projecto Mozambique LNG. Durante essa interacção, foi confirmado que a instituição ainda não efectuou o desembolso do financiamento aprovado.

À semelhança de outros projectos considerados capital-intensivos<sup>4</sup>, o projecto *Mozambique LNG* conta com um pool de financiamento com um conjunto diversificado de credores como forma de, entre outros, mobilizar rapidamente o capital necessário e compartilhar o risco de investimento. Segundo projecções iniciais, as fontes de financiamento do projecto incluiriam: USD 800 milhões em fluxos de caixa das operações, USD 7,4 mil milhões em capital próprio e USD 15,8 mil milhões em dívida sênior (tabela abaixo), totalizando um custo de USD 24,1 mil milhões<sup>5</sup>.

Credor	Financiamento
Banco de Importação e Exportação dos Estados Unidos (US EXIM)	USD 3,75 mil milhões
Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC)	USD 3 mil milhões
NEXI	USD 2 mil milhões
UK Export Finance (UKEF) - Agência de Crédito à Exportação Britânica	USD 1,2 mil milhões
Corporação de Seguro de Crédito à Exportação da África do Sul (ECIC)	USD 800 milhões
Atradius - Empresa Holandesa de Seguros	USD 660 milhões
SACE - Agência de Crédito à Exportação da Itália	USD 950 milhões
Banco Africano de Desenvolvimento	USD 400 milhões
Banco de Exportação-Importação da Tailândia (Thai Exim)	USD 150 milhões
Outras fontes (bancos comerciais internacionais, empréstimos cobertos por Agências de Crédito à Exportação e dívida sênior dos concessionários)	USD 2,9 mil milhões

O US EXIM, com um investimento de 3,75 mil milhões de dólares, é o principal credor do projecto da TotalEnergies na Área 1 da Bacia do Rovuma. Recorde-se que o banco estatal americano entrou no negócio do gás da bacia do Rovuma em Setembro de 2019 quando autorizou um financiamento directo de até cinco mil milhões de dólares para apoiar a exportação de bens e serviços de engenharia, *procurement* dos EUA para o desenvolvimento e construção do projecto na Área 1, motivado pelo desejo de assegurar a hegemonia financeira dos Estados Unidos da América (EUA) nos negócios de LNG.

Com financiamento aprovado, mas não desem-

bolsado, as responsabilidades da petrolífera francesa sobre o “momento certo” para a retoma são acrescidas. É que, embora o projecto da Área 1 se apresente como sendo de risco comercial mínimo, com 86% da produção vendida através de contratos de longo prazo com os principais compradores de GNL na Ásia e na Europa<sup>6</sup>, o mesmo não se pode dizer na perspectiva de segurança e direitos humanos.

A retoma do projecto em um momento inoportuno pode implicar sérios custos reputacionais e económicos aos credores, na medida em que os seus recursos estariam associados a investimentos

<sup>4</sup> Um projecto capital-intensivo é aquele que requer um investimento significativo em activos fixos, como equipamentos, maquinários e instalações, em relação aos custos de mão-de-obra e outros custos operacionais. Em outras palavras, esse tipo de projecto exige um alto valor de capital para ser implementado e operado.

<sup>5</sup> African Development Bank (2020). Mozambique LNG Area 1: Project Summary Note. [https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/projects-and-operations/mozambique\\_-\\_mozambique\\_lng\\_area\\_1\\_-\\_psn\\_compressed.pdf](https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/projects-and-operations/mozambique_-_mozambique_lng_area_1_-_psn_compressed.pdf)

<sup>6</sup> Idem 5

em contextos de insegurança e violação de direitos humanos, “beliscando” a sua boa imagem no mercado internacional. Estas considerações são particularmente importantes no caso do banco estatal americano EXIM e da Agência de crédito à exportação britânica (UKEF), que são membros activos da iniciativa dos Princípios do Equador (EP, na sigla inglesa)<sup>7</sup>.

Um dos requisitos dos EP para aprovação de financiamentos para projectos de Categoria A<sup>8</sup>, que é o caso do *Mozambique LNG*, é a avaliação do risco de direitos humanos. E aqui a questão é precisamente se os pressupostos e resultados da avaliação que permitiram a aprovação do financiamento em 2019 continuarão válidos para desbloquear o desembolso aquando da retoma.

É neste contexto que emerge a importância do

relatório independente encomendado por Poyanné ao perito em acção humanitária Jean-Christophe Rufin. O ainda desconhecido relatório, cujos resultados se esperava que fossem conhecidos até o final de Fevereiro, inclui uma avaliação da situação humanitária e de direitos humanos e deverá orientar os investidores na tomada de decisão do levantamento ou não da “força maior” declarada em Abril de 2021.

O ponto é que houve uma deterioração na situação dos direitos humanos na província que alberga as grandes reservas de gás no norte do País. De tal modo que, para os credores, idealmente, a retoma deve ser num momento “oportuno”, em conformidade com os princípios que geralmente orientam os seus investimentos, sob o risco de incorrerem num grande risco reputacional.

<sup>7</sup> Os Princípios do Equador (EP) são um conjunto de directrizes voluntárias adoptadas por instituições financeiras para garantir que projectos de desenvolvimento ou construção em grande escala considerem adequadamente os impactos potenciais associados ao meio ambiente natural e às comunidades afectadas.

<sup>8</sup> Categoria referente a projectos com potenciais riscos e/ou impactos ambientais e sociais significativos que sejam diversos, irreversíveis ou sem precedentes.



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

<p><b>Propriedade:</b> CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  <b>Director:</b> Prof. Adriano Nuvunga  <b>Editor:</b> Emídio Beúla  <b>Autor:</b> Gabriel Manguela  <b>Layout:</b> CDD</p>	
<p><b>Contacto:</b>          Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.          Telefone: +258 21 085 797</p>	<p> CDD_moz  <b>E-mail:</b> info@cddmoz.org  <b>Website:</b> http://www.cddmoz.org</p>

PARCEIROS PROGRAMÁTICOS	PARCEIROS DE FINANCIAMENTO